

O medo na rede: o reflexo no *Twitter* da violência nos protestos de junho de 2013¹

Marjule Angonese²

Universidade do Vale do Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul

Resumo

As manifestações de junho de 2013 no Brasil não ocorreram somente nas ruas de centenas de cidades. Elas também tiveram reflexo nas redes sociais, em especial no *Twitter*. Uma das características mais marcantes foi a violência dos protestos, tanto por parte dos manifestantes quanto da repressão policial. Essa violência gerou um sentimento de medo – incluindo-se, ainda, temor de um golpe de Estado por parte da direita – que pode ser capturado a partir de *hashtags*, cujo discurso a elas conectado foi analisado com base em marcadores temporais específicos, elencados em virtude de sua importância na teia das manifestações brasileiras.

Palavras-chave: medo, violência, vandalismo, *hashtag*, protestos, *Twitter*, movimentos, engajamento.

Introdução

Em junho de 2013, vivemos, no Brasil, um momento histórico de participação popular – diferente de eleições, plebiscitos e outras formas entendidas como tradicionais da democracia. Centenas de milhares foram às ruas para exigir, inicialmente, que não houvesse aumento nas tarifas de ônibus. Estudantes e integrantes de movimentos horizontais foram protestar para que seu custo de vida não encarecesse. No entanto, outros grupos se associaram às manifestações, o que as avolumou e trouxe novas reivindicações: fim da corrupção, otimização dos gastos públicos, designação dos valores para a realização da Copa do Mundo em rubricas de utilidade para a população (hospitais, escolas e etc.), aumento dos salários dos professores e outros. A internet foi palco da organização e também espelho dos protestos. É justamente esse reflexo, em especial o da violência das ruas, que tratará este artigo.

Diversos autores, em especial do campo da sociologia, iniciaram estudos a respeito dos protestos brasileiros e suas especificidades em relação aos demais que ocorreram no mundo nos últimos anos. Marcelo Kunrath Silva (2014) foi um dos que entendeu o

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Cultura Digital e Redes Sociais.

² Jornalista. Pós-graduanda do Curso de Especialização em Cultura Digital e Redes Sociais da Unisinos, email: marjuleamartini@gmail.com

processo como surpreendente em diversos aspectos. Um deles foi a difusão entre segmentos da população e por locais do país que tradicionalmente tendem a não recorrer a repertórios contestatórios como forma de expressão política, o que conformou a imagem de um movimento de massas nacional de proporções raramente vistas na história do país. Outra surpresa, para o autor, foi a intensa participação de segmentos que não estavam previamente inseridos em organizações sociais ou políticas. Além disso, Kunrath Silva entende as manifestações de junho de 2013 sendo configuradas a partir de redes sociais fluidas, “que se (re)produziriam baseadas em novas possibilidades de relacionamento, comunicação e informação” (KUNRATH, 2014, p.15). Para ele, as redes sociais adquiriram status de estruturas de mobilização dotadas de relativa autonomia, o que proporcionou a emergência de indivíduos e grupos articulados através do *Twitter* e *Facebook*, principalmente, como agentes ativos em diferentes etapas dos protestos: proposição de ações, mobilização de participantes, difusão de informações, estabelecimento de pautas, interpretação dos eventos, entre outros.

Partindo desse pressuposto, este trabalho tem, como foco principal, a interpretação do evento “violência” por parte dos usuários do *Twitter*. Para tanto, foi realizada a extração de *hashtags* utilizadas pelos perfis para falar sobre os protestos, a saber: #vemprarua, #semviolência, #semvandalismo e #saidarua. A partir das mensurações, verificou-se que o crescimento do medo de violência nos dias analisados foi inversamente proporcional ao do nível de engajamento: enquanto o sentimento de medo passou de 0% a 75% em uma semana, o de apoio às manifestações caiu de 94% para 59%.

Ao discutir quem são os novos atores que emergiram nos protestos no Brasil em junho de 2013, Adriana Coelho Saraiva lembra que foram as formações táticas dos Black Blocs que despertaram a maior controvérsia, não só na mídia e sociedade em geral, como também entre os próprios ativistas, usualmente aqueles ligados à ONGs e sindicatos. “Inúmeros debates sobre violência X pacifismo tiveram lugar então” (SARAIVA, 2014, p.48), afirma ela. A autora, inclusive, entende as ações com o objetivo de trazer à tona a contradição de uma sociedade que “repudia qualquer investida contra a propriedade privada e que ao mesmo tempo aceita a violência contra as pessoas, seja a violência policial, seja a violência representada pela falta de acesso a direitos básicos”. Na prática, esse discurso poderá ser visto nos tuítes analisados.

Para balizar o entendimento do fenômeno social ocorrido no *Twitter* a partir das informações veiculadas de ocorrência de vandalismo e violência policial durante os

protestos, serão aqui introduzidos apontamentos de Manuel Castells sobre as manifestações mediadas pelas redes sociais, bem como de Slavoj Žižek e David Garland sobre violência e sociedade de risco, além de José Vicente Tavares dos Santos e a crise do contrato social. A intenção será evidenciar como se deram as representações sociais dos usuários do *Twitter* em relação à violência dos protestos à luz de Serge Moscovici, bem como de analisar, através dos estudos de Fábio Malini e Henrique Antoun, o processo de empoderamento dos atores sociais nas manifestações brasileiras a partir da utilização das redes sociais como, também, palco de embate de ideias.

As manifestações no Brasil

Ao passo que o início do século XX foi marcado pela mundialização da chamada Revolução Industrial, o início do século XXI é caracterizado pela globalização dos processos econômicos ainda consequentes dessa revolução e das novas questões sociais advindas das precarizações do trabalho assalariado (HOBBSAWM, 1994 e 2000, JAMESON, 1996, in TAVARES DOS SANTOS, 2009). A partir de 2010, houve uma eclosão de protestos de movimentos sociais, cada qual com suas reivindicações específicas, mas com formas de organização semelhantes entre si, iniciados na África (com a derrubada das golpes da Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen, a chamada Primavera Árabe), que estenderam-se à Europa (com ocupações e greves na Grécia e na Espanha e revoltas nos subúrbios de Londres), ao Chile, aos Estados Unidos (com a ocupação de Wall Street), e à Rússia (CARNEIRO, 2012). Esses movimentos foram organizados por uma massa composta pelo que Giovanni Alves (2012) denomina de “preariado”: sindicalistas, pobres, profissionais liberais, anarquistas, *hippies*, juventude desencantada, trabalhadores assalariados e etc. Segundo ele, há tempos os representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no Brasil, e do Zapatismo, no México, nos mostram que “a luta contra o capital global que desterritorializa é a luta pela territorialização ampliada, difusa e descentrada (os novos movimentos sociais não tem um líder)” (ALVES, 2012, p.33).

Fábio Malini e Henrique Antoun, em seu livro *A Internet e a Rua*, caracterizam os integrantes desses novos movimentos sociais como pessoas que

gostam de compartilhar, querem colaborar livremente entre seus coletivos e exigem que lhes seja devolvida a franqueza com que se relacionam com os estados, as corporações e as instituições. Se as condições para o jogo da franqueza social são o anonimato e o vazamento, eles estão dispostos a inundar as ruas e as praças, sobrecarregar as redes sociais e informacionais exigindo honestidade e transparência na governança, condições mínimas para aceitação da governamentalidade (ANTOUN e MALINI, 2014, p.209).

Sob essas condições, nascem em diversas partes do globo protestos exigindo melhores condições de vida a partir de uma nova ordem de governança, transparente e responsável na aplicação dos impostos para exclusivo benefício da população, com a extinção da corrupção em todos os níveis. No Brasil, a gênese dos protestos ocorreu em fevereiro de 2012, no Rio de Janeiro, quando houve o aumento da passagem de ônibus de R\$ 2,50 para R\$ 2,75, com no máximo 500 manifestantes. Novas manifestações ocorreram durante aquele ano organizadas pelo coletivo denominado Fórum de Lutas. Também ocorreram levantes populares pelo mesmo motivo em Natal, no Rio Grande do Norte, ainda em 2012, e em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em janeiro de 2013, que ganharam corpo em 27 de março, quando os manifestantes se uniram em frente à Prefeitura da capital gaúcha e jogaram tinta no secretário municipal da Governança, César Busatto. Em 1º de abril, cinco mil pessoas, segundo a Polícia Militar, realizaram novos atos. Em Goiânia, manifestações ocorreram entre maio e início de junho (informações consultadas em sites de notícias como G1³, Terra⁴ e Jornalismo B⁵).

Mas os protestos brasileiros ganharam força a partir de São Paulo, nos dias 03, 06, 07 e 11, quando houve registros de violência policial e depredações nos protestos contra o aumento da tarifa de transporte público, aplicado no dia 02. Em resposta, ocorreram atos de apoio no dia 13 de junho em Natal, Porto Alegre, Teresina, Maceió, Rio de Janeiro, Sorocaba, Fortaleza e, novamente, em São Paulo, onde a organização partiu do Movimento Passe Livre (MPL). Jornalistas foram detidos “para averiguação” e atingidos por balas de borracha. No dia seguinte, as manifestações ganharam apoio de brasileiros em 15 países. Em 15 de junho, um protesto em Brasília foi marcado, assim como os anteriores nas outras capitais, pelo confronto entre manifestantes e policiais. Em 17 de junho, a manifestação no Congresso Nacional, em Brasília, propiciou a cena que, talvez, melhor exprima a insatisfação que levava multidões às ruas: a invasão do Congresso. Nesse mesmo dia, atos ocorreram simultaneamente em diversas capitais e cidades do interior do Brasil, com centenas de milhares pessoas nas ruas. No dia 18, os jornais noticiavam que oito prefeituras haviam reduzido as tarifas, incluindo Porto Alegre, Curitiba e Recife. Em São Paulo, o sexto ato do MPL terminou em violência e destruição. Mesmo com as reduções das tarifas,

³ <http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>

⁴ <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/confira-a-cronologia-e-os-principais-acontecimentos-dos-protestos-em-sp,7100898aa144f310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>

⁵ <http://jornalismob.com/2013/04/02/a-cronologia-de-uma-violencia-midiatica-a-cobertura-dos-protestos-de-porto-alegre-em-zero-hora/>

os protestos seguiram por todo o país. No dia 20, manifestantes atearam fogo no Palácio Itamaraty, na Capital Federal, e em São Paulo mais de 100 mil pessoas foram às ruas. Em 21 de junho, o MPL deixa as manifestações (cronologia realizada com base em linha do tempo publicada pelo site IG⁶).

Apesar da saída do MPL, manifestações seguem acontecendo em todo o país, mas de formas mais esparsas e com menor engajamento. Conforme levantamento da ONG Artigo 19, houve 696 protestos (concentrados em junho, mas que ocorreram também até o final do ano em diversas cidades brasileiras), 15 com mais de 50 mil manifestantes. Dezesesseis deles apresentaram mais de dez feridos, sendo que em 112 houve o uso de armas não-letais e em dez foram utilizadas armas de fogo pela Polícia Militar. Oito pessoas morreram e 837 ficaram feridas. Além disso, 2.608 foram detidas, sendo que dez eram jornalistas. Além disso, 117 repórteres foram agredidos ou feridos. Esse levantamento foi realizado com base em registros e reportagens veiculados no jornal "Folha de São Paulo", no site do MPL e da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI)⁷.

Ao contrário dos protestos ocorridos em países europeus, africanos e nos EUA, as motivações dos protestos no Brasil foram diversas, como definiu Manuel Castells em seu posfácio à edição brasileira do livro “Redes de Indignação e Esperança”, publicado pouco depois das manifestações, ainda em 2013.

Por exemplo, a alegria de ter a Copa do Mundo de futebol no Brasil e de que a seleção canarinho volte a vencer converteu-se num negócio mafioso de corrupção em grande escala, do qual participam empresas de construção, federações esportivas nacionais e internacionais, e administrações públicas de diversos níveis, utilizando em boa medida fundos públicos sem controle de contas. “Trocamos dez estádios por um hospital decente”, dizia um cartaz em Belo Horizonte. Nesse clima de fraternidade encontrado nas redes e percebido nas ruas se difunde a defesa dos direitos dos mais indefesos, dos povos indígenas massacrados pela indiferença pública numa Amazônia espoliada (CASTELLS, 2013, p.183).

Antoun e Malini (2014) também entendem a conversação em rede como uma derivação da luta para uma tripla afirmação de mundo, território e população em um movimento de interesse comum. “Ao contrário do diálogo, não há na conversação qualquer impulso de catequese ou de conversão. Há uma luta que gira em torno do interesse comum de diferentes parceiros, com mundos, territórios e populações incompatíveis” (ANTOUN e MALINI, 2014, p.217). Segundo eles, antes de indagarmos se uma revolução será tuitada,

6 Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-06-02/infografico-1-ano-das-manifestacoes-de-junho.html>).

7 Disponível em <http://www.artigo19.org/protestos/jornalistas.php>.

cabe-nos compreender a quem a revolução interessa, “se ela será uma luta social cuja autovalorização do trabalho é o seu fim, ou se trata de liberdade para novos consumidores do novo capitalismo”.

Existem semelhanças e diferenças entre os protestos brasileiros e os demais ao redor do mundo e Castells (2013) faz alguns apontamentos que interessam para a análise do reflexo da violência das ruas na rede. Uma das semelhanças é sua gênese: a sensação de empoderamento. “Ela nasceu do desprezo por seus governos e pela classe política, fossem elas ditatoriais ou, em sua visão, pseudodemocráticas. Foi estimulada pela indignação provocada pela cumplicidade percebida entre as elites financeira e política” (CASTELLS, 2013, p. 27).

Outra similitude, segundo Castells (2013) pontua, é a utilização da internet como espaço de mobilização para a manifestação ocorrer nas ruas. Para ele, esse é “um espaço público híbrido, constituído por redes sociais digitais e por uma recém-criada comunidade urbana, (que) estava no cerne do movimento, tanto como ferramenta de autorreflexão quanto como de afirmação do poder do povo” (CASTELLS, 2013, p. 49). Em sua reflexão, a falta de poder se transformou em empoderamento. De acordo com o autor, “a internet forneceu o espaço seguro em que as redes da indignação e da esperança se conectaram. As redes formadas no ciberespaço ampliaram seu alcance para o espaço urbano” (CASTELLS, 2013, p. 74-75).

E para Antoun e Malini, “sob um modo de governo anárquico, as comunidades virtuais transformaram a organização política das manifestações de protesto” (ANTOUN e MALINI, 2014, p.139). Eles ponderam que os novos modos de pensamento e luta (seja qual for a sua dimensão) passarão cada vez mais pelo agenciamento entre a internet e a rua, pois ambas têm uma qualidade comum: exprimem o barulho da multidão.

Além disso, os protestos no Brasil foram análogos em relação aos demais pois “esses movimentos sociais em rede são novos tipos de movimento democrático (...) fazendo experiências com as tomadas de decisão com base em assembleias e reconstituindo a confiança como alicerce da interação humana” e cujo legado terá sido afirmar a possibilidade de reaprender a conviver em uma verdadeira democracia (CASTELLS, 2013, p.181). Manuel Castells frisa, ainda, que “a democracia tem sido sequestrada por profissionais da política que, em sua diversidade, estão quase todos de acordo em que a política é coisa dos políticos, não dos cidadãos” (CASTELLS, 2013, p. 182). Para ele, as manifestações brasileiras ocorreram da mesma maneira que na Europa e no norte da África,

espontaneamente e sem líderes ou apoio da mídia.

Sobre isso (e as coberturas colaborativas de coletivos contrários à mídia de massa), Antoun e Malini analisam que

não é à toa que o intelectual, o crítico e o jornalista foram as primeiras figuras a serem colocadas em xeque por essa nova ordem textual. Os três detinham por séculos o poder de representar a informação e a ideia, a partir de uma produção baseada na produção da verdade por meio do isolamento. Logo, as corporações de mídia impuseram a campanha do "olhe, mas não toque", tentando ao máximo descredenciar e desacreditar esses novos agentes da informação (ANTOUN e MALINI, 2014, p. 195).

Castells fala ainda em uma gerontocracia, cujo interesse a respeito do mundo jovem conectado é pouco ou nenhum e que sente estar perdendo o controle. Enquanto mais de 75% dos cidadãos apoiavam o movimento duas semanas após o primeiro ato na Avenida Paulista e, segundo ele, a “classe política em sua grande maioria rechaçou o movimento como demagógico e irresponsável” (CASTELLS, 2013, p.184).

No entanto, o mesmo autor faz uma diferenciação em relação ao Brasil: “pela primeira vez desde 2010, quando se iniciaram esses movimentos em rede em noventa países diferentes, a mais alta autoridade institucional declarou que “tinha a obrigação de escutar a voz das ruas””, referindo-se ao discurso da Presidente Dilma Rousseff em 21 de junho de 2013 em cadeia nacional de rádio e televisão. Isso porque “enquanto era possível ignorar os manifestantes, espancá-los ou manipulá-los, tudo podia continuar igual, para além de discursos vazios em veículos controlados” (CASTELLS, 2013, p.185). Ele analisa que, quando a esperança do movimento se encarnou em parte da elite política e chega à Presidência da República, o perigo passou a ser grave e iminente e, portanto, tratado com propostas de mudanças. “Pois o que é irreversível no Brasil como no mundo é o empoderamento dos cidadãos, sua autonomia comunicativa e a consciência dos jovens de que tudo que sabemos do futuro é o que eles farão. Móbil-izados” (CASTELLS, 2013, p. 186).

Quem eram eles?

A revolução causada pelas manifestações em termos de participação popular foi analisada pelo Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) André Singer. Segundo ele, nos protestos, houve uma predominância dos discursos sobre a variedade de correntes políticas (esquerda, centro e direita), classes sociais, faixas etárias e níveis de escolaridade. Com base em pesquisas divulgadas à época

pelos institutos Datafolha, Plus Marketing, Ibope e Innovare, a maioria dos participantes, na primeira fase das manifestações (até dia 16 de junho), tinha até 25 anos. Depois, quando os números de manifestantes cresceram, aumenta a proporção de pessoas acima dessa idade, em sua maioria com mais de 30 anos. Somando-se os índices de diplomados (43%) e dos que estavam em uma universidade, chegou-se a quase 80% dos presentes. No entanto, a renda era inversamente proporcional. Unindo os que tinham entre dois e cinco salários mínimos familiares mensais, o montante representou cerca de 50% dos manifestantes.

Seria a confirmação de que o novo proletariado ou precariado, conforme sugerido por alguns autores, foi para as ruas. Se considerarmos que a maioria dos manifestantes era jovem, tendo entrado recentemente no emprego — significativamente, o Ibope mostrou que 76% dos manifestantes estava no mercado de trabalho nas oito capitais, a Innovare encontrou proporção parecida em Belo Horizonte (71%) e a Plus Marketing no Rio de Janeiro (70%) —, a hipótese torna-se plausível (SINGER, 2013, p.31).

Na segunda etapa das manifestações, após o dia 17 de junho, o autor sugere que houve um cruzamento de visões políticas. “As tendências de centro e direita pegaram carona na corrente deslanchada pela nova esquerda, só que os caronistas foram tantos que, em certo momento, acabaram por mudar a direção do veículo” (SINGER, 2013, p.32). Singer analisa que as manifestações adquiriram, a partir disso, um viés oposicionista que não tinha antes, tanto ao governo federal quanto aos governos estaduais e municipais, com matizes de um sentimento anticorrupção. Ao contrário das palavras de ordem pela manutenção da tarifa de ônibus, a bandeira anticorrupção penetra em todas as camadas sociais. Aliaram-se, ainda, as críticas contra os gastos com a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

O chamado "branqueamento" dos modernos templos do futebol construídos para 2014, cujos ingressos ficaram inacessíveis aos "moreno", isto é, o grosso da população, parece ter ocasionado uma justificada revolta nos "de baixo". Penso, portanto, que a direita trouxe para a segunda fase das manifestações o problema da corrupção e a esquerda, o das iníquas condições de vida urbana, produzindo um cruzamento ideológico que se compôs, em alguma medida, com a mistura de classes que observamos (SINGER, 2013, p.35-36).

Todavia, Singer denota que o realmente novo foi a atuação do campo político centralizado (incluindo-se aí a centro-direita e a centro-esquerda), ao “não transformar a reivindicação de hospitais e escolas "padrão Fifa" em um verdadeiro combate ao capitalismo, como quer a esquerda, nem a perseguição aos corruptos, em uma obsessão vingativa à esquerda, como propõe a direita” (SINGER, 2013, p.36). O Datafolha mediu que 70% dos participantes giravam em torno de posições centristas. Segundo o Ibope, no

dia 20 de junho, na Avenida Paulista, cerne das manifestações, as diversas correntes ideológicas estavam juntas nas ruas. Apesar da expulsão simbólica – e fática – da esquerda partidária, a esquerda social lá permaneceu, representando uma parcela significativa, embora não majoritária, do protesto. “Da mesma maneira, havia uma direita, a qual, contudo, era bem menor do que fizeram pensar as primeiras impressões a respeito do acontecido. O centro, por sua vez, predominava do ponto de vista numérico e, como buscamos sugerir, cultural” (SINGER, 2013, p.40).

Vandalismo e a crise no contrato social

Essa miscelânea de visões políticas e pertencimentos sociais acabou por demonstrar, como veremos na análise dos dados extraídos do *Twitter* em alguns dias de manifestações no Brasil, o que José Vicente Tavares dos Santos entende por “crise no contrato social”: uma dificuldade de se instaurar plenamente o contrato social que dissemina a figura do indivíduo como uma impessoalidade jurídica, mantendo-se um clima de temor recíproco entre as pessoas, os grupos e as classes sociais. Segundo Fábio Malini discute em sua apresentação "Dados da indignação: Protestos de 2013, Redes Sociais e Copa do Mundo"⁸, o grupo da esquerda social entendia que a rua é um espaço a ser ocupado quando os canais de diálogo com a sociedade civil estão restritos e, para ele, “vândalo é o estado”. Já para os centristas e os de direita, os conflitos de rua são feitos por pessoas que destroem a propriedade (pública e privada). Esse embate conceitual pode ser visto na rede através da *hashtag* “vandalismo”. Isso porque, conforme Tavares dos Santos (2009), esses usuários da rede são provenientes de grupos que organizam conflitivamente seus interesses particulares e se articulam em poliformes contratos de sociabilidade, o que não evita esgarçamentos no tecido social.

Para esse autor, vivenciamos uma sociedade do conflito, já que, foram observadas mobilizações organizadas por agentes sociais em razão de reivindicações específicas de movimentos sociais, “supondo um amplo contingente social que se organiza em função de seus opositores, define sua identidade neste embate e propõe reorientações de grandes contornos históricos” (TOURAINÉ, 1978, in TAVARES DOS SANTOS, 2009, p.24).

A onda de protestos foi demarcada pela violência, tanto por parte dos manifestantes quanto do Estado. Slavoj Žižek (2014) aborda essa relação como um dos marcadores da

8 Disponível em <http://pt.slideshare.net/fabiomalini/dados-da-indignao-protestos-de-2013-redes-sociais-e-copa-do-mundo?related=1>.

sociedade atual. “Começamos pela hipocrisia daqueles que, combatendo a *violência subjetiva*, se servem de uma *violência sistêmica* que engendra precisamente os fenômenos que detestam” (ŽIŽEK, 2014, p.161). Quando um manifestante segura um cartaz ou posta no *Twitter* que “vândalo é o Estado” para justificar um ato de violência praticado contra prédios públicos, privados ou às forças repressivas, o que se pode apreender é uma tentativa de rompimento com a aceitação da sociedade à violência de Estado conceituada por Tavares dos Santos (2009), que Žižek (2014) entende por uma violência “sistêmica”, que, de acordo com ele, consiste nas consequências muitas vezes catastróficas do funcionamento regular dos sistemas econômicos e políticos. Consoante o autor, existem ainda diferentes formas de caracterizá-la:

a violência fundamental que sustenta o funcionamento "normal" do Estado (que Walter Benjamin chama de "violência mítica"), assim como para a não menos fundamental violência que sustenta toda e qualquer tentativa de minar o funcionamento do Estado (a violência "divina" de Benjamin). É por esse motivo que a reação do poder estatal contra aqueles que o ameaçam é tão brutal, e é por isso que, em sua brutalidade, essa reação é precisamente "reativa", protecionista (ŽIŽEK, 2014, p.11).

A construção do pensamento de Žižek vai no sentido de que a violência e sua consequente sensação de insegurança “cegaram” a grande massa de manifestantes em todo o mundo. Segundo ele, a alta potência do horror diante dos atos violentos e a empatia com as vítimas funcionam inexoravelmente como um engodo que impede o ser humano de pensar (ŽIŽEK, 2014).

Opor-se a todas as formas de violência – da violência física e direta (extermínio em massa, terror) à violência ideológica (racismo, incitação ao ódio, discriminação sexual) – parece ser a maior preocupação da atitude liberal tolerante que predomina atualmente. Uma chamada SOS sustenta esse discurso, abafando todas as outras abordagens possíveis: todo o resto pode e deve esperar... (ŽIŽEK, 2014, p.24).

Apesar do tom conspiratório, Žižek entende que o uso da violência na repressão ao vandalismo poderia ser “uma tentativa desesperada de desviar as atrações do verdadeiro lugar do problema, uma tentativa que, ao obliterar as percepções de outras formas de violência, se torne assim parte ativa dela” (ŽIŽEK, 2014, p.24). Assim, para o autor, estigmatizar a violência, condená-la como "má", seria uma mistificação que colabora no processo de tornar invisíveis as formas fundamentais da violência social.

Com ou sem violência?

O temor ou a ratificação do uso da violência como força de reivindicação foi

expresso nas redes sociais durante as manifestações de junho de 2013 no Brasil e, para Žižek, à medida que a linguagem é infectada pela violência, sua emergência acontece sob a influência de circunstâncias "patológicas" contingentes, que distorcem a lógica imanente da comunicação simbólica.

A realidade em si própria, em sua estúpida existência, nunca é intolerável: é a linguagem (sua simbolização) que a torna tolerável. Por isso, precisamente quando nos confrontamos com a cena de uma multidão furiosa que ataca e queima prédios e automóveis, que lincha pessoas etc., nunca deveríamos esquecer as palavras de ordem de seus cartazes nem as palavras que sustentam e justificam os seus atos (ŽIŽEK, 2014, p.63).

Žižek defende a lógica da necessidade do uso da violência pelas manifestações tomando como exemplo os protestos dos imigrantes de origem africana em Paris em 2005. “Seu objetivo era criar um problema, assinalar que eram um problema que não podia continuar a ser ignorado. Se tivessem organizado uma manifestação ou passeata não violenta, tudo o que teriam obtido não seria mais do que uma pequena nota num jornal” (ŽIŽEK, 2014, p.71).

O emprego da violência enquanto dispositivo para chamar a atenção para a causa é uma tática, não apenas uma reação ao descaso governamental. É o uso do medo da violência que gera os atos violentos como forma de pressão. Entre as décadas de 1960 e 1990 (depois da Segunda Guerra Mundial, durante a Guerra Fria), as populações de Estados Unidos e Grã-Bretanha desenvolveram um conjunto de fenômenos em torno do delito (DAVID GARLAND, 2005), como um medo difuso ao delito, comportamentos rotineiros de evitamento, representações midiáticas e culturais onipresentes. Segundo David Garland (2005), o evitamento ao delito continua sendo um princípio organizador fundamental da vida cotidiana e o medo se mantém, em todo o mundo, ainda em níveis sem precedentes. Para o autor, ao final da década de 1970, a velocidade das mudanças sociais e a recessão econômica levaram as ansiedades e inseguranças que culminaram em políticas reacionárias que, por sua vez, ajudaram a transformar os medos difusos da classe média em uma série de atitudes focalizadas na identificação dos culpados, definição dos problemas e estabelecimento de medidas expiatórias. Dessa maneira, ele preconiza que a consciência e o medo da violência têm um alcance maior que o delito em si mesmo.

Além disso, para Garland (2005), existe uma conexão entre os medos relacionados ao delito e aos conflitos relativos à divisão social, à solidariedade e à justiça social, bem como ao medo de um enfraquecimento nos controles sociais aos quais os cidadãos creem que sua segurança e o tecido da vida social dependem.

No entanto, o mesmo autor critica o fato de que a criminologia oficial mostra-se cada vez mais dualista, polarizada e ambivalente. Garland (1999) denota que a *criminologia do eu* faz do criminoso um consumidor racional, à nossa imagem e semelhança – e que portanto deve ser punido menos severamente –, enquanto que a *criminologia do outro*, do pária ameaçador, do estrangeiro inquietante, do excluído e do rancoroso, que tende a satanizar o criminoso, a provocar os medos e as hostilidades populares e a sustentar que o Estado deve punir ainda mais.

Castells (2013) fala no uso da violência de Estado como apenas um dos pilares para a manutenção da governabilidade. “O monopólio da violência é condição necessária para a manutenção do poder, mas não é suficiente a longo prazo. Ele exige a construção de legitimidade, ou aceitação e resignação, na mente das pessoas” (CASTELLS, 2013, p. 72). Além disso, ele defende que quando os Estados são desafiados em seu poder, reagem segundo suas regras institucionais, sejam elas democráticas, ditatoriais ou a mistura de ambas. Já quando não conseguem integrar as demandas ou os projetos de seus desafiantes sem prejudicar os fundamentos das relações de poder que encarnam, recorrem à sua essência básica: o monopólio da violência em sua esfera de ação.

Sua disposição ao uso da violência extrema depende do seu grau de legitimidade, da intensidade e do desafio que enfrentam e de sua capacidade operacional e social de empregá-la. Quando os movimentos são suficientemente determinados para manter uma pressão inflexível sobre o Estado, a despeito da violência que enfrentam, e o Estado resolve recorrer à violência extrema (tanques contra manifestantes desarmados), o resultado do conflito depende da interação dos interesses políticos no país com os interesses geopolíticos a ele relacionados (CASTELLS, 2013, p.80).

O medo e as representações sociais

Este artigo tem por objetivo analisar o discurso do medo presente no *Twitter* durante as manifestações brasileiras, tanto em relação ao vandalismo quanto à violência policial, bem como de um possível golpe da direita para a tomada do poder. Žižek (2014) ressalta que a correção política é a forma liberal exemplar da política do medo. “Uma (pós-) política dessa natureza assenta-se sempre na manipulação de um *ochlos* ou de uma multidão paranoica: é a união assustadora de pessoas aterrorizadas” (ŽIŽEK, 2014, p.46). Além disso, ele enfatiza a política do medo como aparelho estatal para a manutenção da ordem:

a política que renuncia à própria dimensão constitutiva do político, uma vez que releva do medo enquanto seu supremo princípio mobilizador: medo de imigrantes, medo da criminalidade, medo de uma depravação sexual ímpia, medo do próprio excesso de Estado e da sua carga tributária elevada, medo da catástrofe ecológica, medo do assédio (ŽIŽEK, 2014, p.46).

Ainda no calor das manifestações, Ana Lucia Enne analisou os embates em torno da construção discursiva da categoria "vândalos" à luz das representações sociais. Para ela, as empresas jornalísticas de grande porte, como parte central da indústria cultural brasileira, têm importante papel na construção de representações sociais de forte peso na consolidação de um senso comum para grande parte da população (ENNE, 2013). “Apesar de ser efetivada pelos indivíduos, toda representação seria uma produção coletiva, através de processos mentais que ultrapassariam o indivíduo enquanto unidade, sendo, portanto, sempre um produto social, um conceito, e não uma experiência sensível” (ENNE, 2013, p.178). Ana Lucia Enne utiliza os conceitos de representação social do psicólogo social romeno Serge Moscovici para afirmar que as representações “são objetos de disputa por sujeitos e grupos, em torno dos sentidos. São discursos em conflito, negociação, acomodações, processos, evidenciando seu caráter de construção, bem como seu importante papel na constituição das identidades coletivas” (ENNE, 2013, p.179).

Analisando reportagens do período, a pesquisadora afirma que mesmo a ação violenta dos manifestantes não é contextualizada ou complexificada a partir de uma análise conjuntural e estrutural. “A reportagem limita-se a descrever os prejuízos e a classificar os que atuaram mais radicalmente com violência como 'vândalos', fechando mais uma vez o sentido e enquadrando, via cobertura, o que deve ser falado e lembrado sobre as manifestações” (ENNE, 2013, p.182). As matérias jornalísticas veiculadas pela grande mídia, de forma geral, ocupam importante papel de fixar os significados e construir, através de suas representações, discursos que apelam à ordem e a um recorte ideológico da realidade, fartamente praticado pela indústria cultural em suas estratégias hegemônicas e mercadológicas (ENNE, 2013).

Em outra análise noticiosa, Ana Lucia Enne captura uma reação ofensivamente indignada da imprensa quando lê-se a equação "manifestantes = vândalos = criminosos", ao serem apresentados os rostos de três jovens presos, ainda sem terem passado por qualquer processo democrático de defesa.

Ao atravessar de forma tão violenta a fronteira do jornalismo posicionado, mas que se disfarça de neutro, e assumir explicitamente o lugar de porta-voz de uma lógica política específica, (o jornal) O Globo atraiu de forma veemente a reação indignada que podemos perceber, por exemplo, quando analisamos as centenas de comentários no *Facebook* no próprio link disponibilizado pela empresa com a foto da polêmica capa (ENNE, 2013, p.186).

Ela extraiu ainda a informação de que o jornal foi atacado, xingado, denunciado, provocado e execrado em discursos indignados e inflamados nos comentários da notícia.

Em muitos, a estratégia para desqualificar o jornal passa pela reapropriação da categoria "vândalos", só que nesse momento dirigida ao próprio grupo jornalístico, seus produtos e profissionais. Por exemplo: “Vandalismo é essa capa” e “Vândalo é quem posta notícia mentirosa pra jogar as pessoas que estão lutando contra o restante da população”. Também a associação entre as práticas e a criminalização é acionada para acusar o jornal e enquadrá-lo na mesma cadeia narrativa que ele criou, somente invertendo os sujeitos criminalizáveis: “Nojo e repúdio extremo por essa capa que é nada menos que criminosa, expondo de maneira extremamente pejorativa e inconstitucional três pessoas que sequer foram a julgamento. Isso não tem desculpa e vocês merecem ser processados” (ENNE, 2013, p.186).

Ana Lucia Enne vai além ao dizer que “o discurso é ato, cria mundo, gera não só a interpretação da realidade, mas a própria realidade, que para além de existir materialmente, é sempre construção social”. Apesar disso, conforme ela, a mídia hegemônica ancora a representação dos manifestantes brasileiros como "vândalos" e, de forma semelhante, os que a ela se contrapõem terminam por referendar e reiterar esse sentido cristalizado, ainda que o façam em discursos de conflito e disputa.

Sobre o conceito de "vândalo", há, mesmo com intuítos diferentes, uma perigosa aproximação entre o ponto de vista hegemônico e contra-hegemônico acerca do significado da palavra, que nos mostra o poder impressionante das representações sociais historicamente constituídas e acaba por favorecer os meios de comunicação integrados via indústria cultural, com poderosas ferramentas ritualísticas, na afirmação de seus valores morais e interesses políticos (ENNE, 2013). Denise Jodelet reitera que “um evento surgido no horizonte social que não pode nos deixar indiferentes mobiliza o medo, a atenção e uma atividade cognitiva para o compreender, dominar e nos defender” (JODELET, 1989, p.3). Ela analisa que, a partir da perspectiva de que as representações exprimem aqueles (indivíduos ou grupos) que os forjam e dão do objeto que representam uma definição específica, essas definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constroem, para esse grupo, uma visão consensual da realidade. Portanto, segundo ela, as representações sociais são abordadas simultaneamente como o produto e o processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e da elaboração psicológica e social da realidade.

Partindo do pressuposto de que, como conteúdo concreto do ato de pensar, a representação carrega a marca do sujeito e de sua atividade, este aspecto remete ao caráter

construtivo, criativo, autônomo da representação que comporta uma parte de reconstrução, de interpretação do objeto e de expressão do sujeito (JODELET, 1989). Assim, depreende-se que, ao utilizarem seus perfis no *Twitter* para manifestar suas opiniões a respeito da violência ocorrida nos protestos, os usuários da rede representaram outro ambiente e outro acontecimento, relacionados às manifestações de rua. “A representação social está com seu objeto numa relação de "simbolização", ela toma seu lugar, e de "interpretação", ela lhe confere significações. Estas significações resultam de uma atividade que faz da representação uma "construção" e uma "expressão" do sujeito” (JODELET, 1989, p.9).

Para a autora, “a comunicação social, sob seus aspectos interindividuais, institucionais e mediáticos, aparece como condição de possibilidade e de determinação das representações e do pensamento sociais” (JODELET, 1989, p.12) e, assim, serve de válvula para liberar os sentimentos disfóricos suscitados por situações coletivas ansiogênicas ou mal toleradas.

No entanto, é preciso ponderar que nem toda representação social é única, individual. “Há representações que chegam a nós já prontas ou que "atravessam" os indivíduos. São as que impõem uma ideologia dominante, ou as que estão ligadas a uma condição definida no interior da estrutura social” (JODELET, 1989, p.14). Mas ela analisa que, mesmo nesses casos, o compartilhar implica uma dinâmica social que considera a especificidade das representações.

Valdir José Morigi (2004) entende como de grande influência as representações sociais que exprimem um pensamento coletivo de determinados grupos. “Como essas formas de pensamento não são universais nem são dadas às consciências à priori, formam-se os sistemas de representação coletivos nos quais torna-se possível criar esquemas de percepção, juízos que fundamentam as maneiras sociais de agir, pensar e sentir dos indivíduos” (MORIGI, 2004, p.4). Segundo ele, as influências sociais da comunicação (leia-se notícias, não necessariamente veiculadas pela mídia) no processo das representações sociais servem como meio para estabelecer ligações e conexões significativas de relações e conexões entre indivíduos. Dessa forma, “a noção de ‘invenção’ associa-se aos modos de perceber, representar, ver, ler, ouvir e sentir dos sujeitos, rompendo com a lógica do sentido dado e determinado” (MORIGI, 2004, p.9). Assim, a forma como os acontecimentos das ruas foram retratadas nas redes sociais digitais foi ressignificada pelos perfis engajados nas discussões.

As representações sociais da violência na mídia

Entendem-se as redes sociais, no caso em tela o *Twitter*, como um dispositivo midiático e que também se propõe como um suporte para os meios de comunicação de massa. Segundo o trabalho de Maria Stela Grossi Porto, em suas pesquisas apresentadas em 2008 a respeito da "Mídia, segurança pública e representações sociais", a imprensa tem importante papel na representação da realidade e, por consequência, da violência:

nesse contexto, é tão urgente quanto difícil a tarefa de definir o que é violência. Dificuldades decorrentes de várias razões, entre as quais a presença no fenômeno de componentes de natureza objetiva tanto quanto subjetiva. Sob essa perspectiva, será parcial a abordagem de violência que se ativer aos chamados "dados objetivos" sem incorporar, além dos fatos e das estatísticas, a subjetividade das representações sociais, orientadoras de conduta (GROSSI PORTO, 2008, p.218).

Grossi Porto entende ser viável admitir que se poderia falar de violência sempre que a alteridade fosse desconsiderada, esquecida, desconhecida, negada. "Em outras palavras, sempre que o outro fosse desconsiderado como sujeito e, em função disso, tratado como objeto" (GROSSI PORTO, 2008, p.219). E aponta: "se em paralelo a tais diagnósticos alguma manifestação brutal de violência provoca estados de choque e/ou de comoção popular, reaviva-se o debate entre barbárie e civilização, com reivindicações em termos de solução" (GROSSI PORTO, 2008, p.220). Entretanto, ela também entende que o medo e a sensação de insegurança, por si só, criam a demanda por aumento de segurança, que induz à utilização do aparato de segurança em defesa de interesses particularistas, em detrimento do coletivo. "Esse descrédito que leva a uma lógica do "salve-se quem puder e como puder" é compatível com outra lógica que informa esse tipo de raciocínio, a de 'fazer justiça com as próprias mãos', que leva cidadãos a se armarem e a se prepararem para a guerra urbana" (GROSSI PORTO, 2008, p.221).

Metodologia

Para realizar a análise do discurso do medo durante os protestos brasileiros no *Twitter*, foram escolhidas as seguintes datas: 13 de junho (quando uma jornalista foi atingida por uma bala de borracha e um repórter detido por portar vinagre na mochila, ambos em São Paulo), 18 de junho (quando manifestantes invadiram o Congresso Nacional, em Brasília), 20 de junho (data em que, conforme o portal de notícias G1, 1,4 milhão de pessoas em 130 cidades realizaram manifestações) e 21 de junho (dia do pronunciamento da Presidente Dilma Rousseff em cadeia nacional de rádio e televisão).

Segundo análise feita pelo Laboratório de Imagem e Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo, entre 15 de junho e 30 de outubro de 2013, houve 575 mil tuítes com menção à #vemprarua. A *hashtag* foi capturada e analisada em virtude de ser a mais representativa para as manifestações no Brasil, combinada a outras também significativas para a análise do discurso do medo (#semviolencia, #semvandalismo, #saidarua).

Escolheu-se a análise através do filtro por *hashtag* porque

na prática, a narrativa noticiosa baseada em *hashtags* foi utilizada para troca de informação mútua, organização tática dos protestos, globalização dos fatos, localização de testemunhas/fontes, relatos multimídia de registros do cotidiano, promoção de ideologias, conversação social e agendamento da mídia (ANTOUN e MALINI, 2014, p.188).

Além disso, Antoun e Malini postulam que a *hashtag* é o símbolo utilizado para o deslocamento do discurso das ruas para o ambiente virtual.

Ao nomear os movimentos com uma *hashtag*, os ativistas reúnem uma quantidade enorme de relatos e informações sob uma única palavra (exemplo, #15M). Criam uma “tag de ordem” comum, pois vai ganhar significado a partir do aluvião de tuítes, postagens e publicações feitos pela multidão conectada. Embora sejam todos singulares, eles levam uma assinatura única (a *hashtag*), permitindo ao acontecimento sair debaixo do espaço público das ruas para se colocar sobre o espaço público da atenção midiática” (ANTOUN e MALINI, 2014, p.232).

Ainda, sua utilização transforma o pensamento em extensões vivas dos indivíduos conectados ao mesmo assunto em rede. “A timeline torna-se uma linha do tempo (a)celerada, turbilhonando a subjetivação em rede, ao mesmo tempo em que a *hashtag* faz da ação coletiva dos movimentos sociais uma viva perspectiva da constituição do mundo” (ANTOUN e MALINI, 2014, p.215).

Após a extração das *hashtags*, os tuítes foram categorizadas a partir de discursos de "engajamento", "medo da violência estatal", "medo do vandalismo" e "medo de regressão à golpe". Depois da classificação, foram mensurados percentualmente. Como existem mensagens em que as *hashtags* são utilizadas ao mesmo tempo para a construção do sentido, os valores serão sempre superiores a 100%.

O *Twitter* foi eleito em virtude de que a adoção de *hashtags* pela plataforma só foi anunciada em 12 de junho de 2013 e, portanto, ainda estava em fase de adaptação pelos usuários durante as "Jornadas"⁹.

As extrações de *hashtags* limitaram-se a 350 hits por busca em virtude de uma delimitação

9 Informação publicada em diversos sites especializados, a exemplo do Uol Tecnologia. <http://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/12/Facebook-copia-Twitter-e-comeca-a-oferecer-a-opcao-de-incluir-hashtags-na-rede-social.htm>.

do *Twitter*, que ocorre para evitar abusos e spam na rede social¹⁰. Justamente por causa desta limitação, optou-se por extrair os tuítes através da busca avançada da própria rede social, logada no perfil da pesquisadora. Uma a uma, foram buscadas as *hashtags* no campo “todas as palavras”, em qualquer idioma, sem localização definida e com as datas englobando também o dia posterior, para que fossem completadas 24h. A extração foi feita com a seleção de todas as mensagens, e não apenas o *top*. Nos testes realizados, a ferramenta capturou sempre os mesmos tuítes, o que sugere que o algoritmo da busca avançada do *Twitter* os elenca de acordo com a relevância em relação ao perfil buscador com base em algoritmo específico – e não divulgado pelo desenvolvedor.

As extrações foram salvas em formato html completo e, depois, transferidas em planilhas do Excel. As planilhas foram divididas pelas datas, e não pelas *hashtags*. Cada *tuíte* foi ranqueado de acordo com os sentimentos de “engajamento”, “medo – vandalismo”, “medo – violência policial”, “medo – golpe” e “não se aplica”.

Por “engajamento”, entende-se o apoio dos usuários do *Twitter* às manifestações (conforme definição do dicionário Aurélio, a palavra é definida como “situação de quem sabe que é solidário com as circunstâncias sociais, históricas e nacionais em que vive, e procura, pois, ter consciência das consequências morais e sociais de seus princípios e atitudes).

As mensagens categorizadas como “medo – violência policial” englobam o sentimento de temor à ação violenta da polícia militar contra manifestantes pacíficos. Já as elencadas como “medo – vandalismo” são as que expressam tanto a aversão aos atos de depredação como o medo da violência gerada por manifestantes contra prédios públicos, privados e mobiliário urbano. Já as definidas como “não se aplica” são mensagens que utilizam as *hashtags* pesquisadas para falar sobre outros assuntos, para humor ou oportunismo (para que o algoritmo da plataforma insira o *tuíte* contendo conteúdo comercial no *feed* de notícias de mais usuários).

Análise de dados coletados

Analisando os dados coletados no *Twitter* através das *hashtags* #vemprarua #semviolencia, #semvandalismo e #saidarua, chega-se à seguinte tabela:

10 Disponível em <http://Twittercentral.com.br/limites-no-Twitter/>.

Data	Engajamento	Medo - Violência Policial	Medo - Vandalismo	Medo - golpe	Não se aplica	Total
13/06	28 (84%)	7 (21%)	0	1 (3%)	1 (3%)	33
18/06	768 (94%)	73 (8%)	393 (48%)	0	21 (2%)	814
20/06	874 (84%)	36 (3%)	596 (57%)	1 (0,09%)	22 (2%)	1032
21/06	552 (59%)	119 (12%)	699 (75%)	129 (13%)	52 (5%)	925

No dia 13 de junho, em São Paulo, Giuliana Vallone, da TV Folha, foi atingida no olho por uma bala de borracha disparada por policiais militares. Outro repórter da Folha de São Paulo, Fábio Braga, também foi atingido no rosto por disparos de bala de borracha no centro da cidade. No *Twitter*, 21% das menções referem-se ao medo de violência policial. Alguns tuítes são representativos, como os seguintes:

@luisfmoura: “São Paulo: PM começa a violência na Consolação #vempraru #occupybrasil”,

@araujoeduardos: “Rua Antônio Carlos é tomada pela passeata com o grito #semviolencia e a polícia revida com bombas #passelivre”,

@CidaToddy: “Sem querer fazer piada pq a situação está feia, vão ter que fazer um novo jingle pra São Paulo, trocar o #VemPraRua por #SaiDaRua. :-//”

Entre os dias 17 e 18 de junho, os protestos foram marcados pela invasão do Congresso Nacional, além do fogo ateadado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e em carros. No *Twitter*, isso se reflete em 48% das mensagens, em que os interlocutores apontaram medo do vandalismo e rejeição aos manifestantes que praticaram atos de vandalismo. Destacam-se os tuítes de

@FerreiraLais: “Uns babacas tentam tacar fogo na Assembleia/RJ e esquecem q quem vai pagar a conta é o povo. Ainda colocam fogo em um carro?! #semviolencia”

@PetiteJuh: “Tacar fogo em carro?? Vai explodir!!! Depredar a ALERJ?? É bem público!! Não estraguem o movimento!!! #SemViolência #ProtestoRJ #MudaBrasil”

@tatapirez: “aproveita que tá fazendo fogo c/ isso tudo, pula dentro e volta pro inferno, esse bando de baderneiro #ProtestoRJ #SemViolência”

@Su_Lorena: “Infelizmente a capa do jornal amanhã, vai ser esse carro pegando fogo, e não as 100000 pessoas marchando pacificamente... #SemViolencia”

@jordanne_h: “Invadir o congresso é vandalismo. Aí não dá. Como podemos lutar pelos nossos direitos se estamos fazendo coisa errada? #semviolencia”.

A mensagem de @kubs_: “Tava bonito demais pra ser verdade! A PM tem que agir com violência quando começa o vandalismo #SemVandalismo” ainda traz o apoio à violência policial para refrear as manifestações com vandalismo.

Em contrapartida, o medo da violência policial aparece em apenas 8% dos tuítes,

como nos de

@Clarananda: “Movimento parou a cidade! #VempraRua Brigada Militar jogando bombasssss!!! #SemViolencia”

@Dinthe365days: “Tia Dilma #Semviolencia oferecemos flores e recebemos tiros, bombas e gases? Pedimos paz, serenidade e igualdade. #mudabrasil”

@biiamenzes: “Policiais tao mandando bomba de efeito moral dos helicópteros !! #semviolencia”

Mesmo assim, o engajamento das mensagens alcança 94% das mensagens coletadas. Em 20 de junho, quando, segundo a imprensa, mais de 1,4 milhão de pessoas foi às ruas de 130 cidades, o medo do vandalismo aumenta na rede social para 57% das menções. Dois dos assuntos reiterados na rede são o fogo no Palácio Itamaraty, em Brasília, e em um veículo do SBT. Por outro lado, cai para 84% o nível de engajamento aos protestos. Já o medo da violência policial decresce para 3%, e o de um regresso à golpe é de apenas 0,09%. Como exemplo do temor aos atos de vandalismo, destacam-se as mensagens de

@taliscatkd: “Caraca, olha as chamas Palácio Itamaraty em Brasília #semvandalismo meu povo Brasileiro, #PORFAVOR, Vocês não estão agindo de maneira correta!”

@bia_couto: “Invasão não é a solução! Tudo que vocês quebram, nossos impostos que pagarão depois! #violenciano #semvandalismo”

@Nannaejr: “Depredar a Escola é burrice! Como reivindicar educação de qualidade, destruindo escola? #protestoRJ #SemVandalismo”

@daanigmes: “queremos uma cidade melhor e não uma cidade destruída. #semvandalismo”

Como nos dias anteriores, há ainda manifestações de apoio à violência policial em função do vandalismo, como o tuíte de @Engredis: “Olha, se eu descobrir que algum dos meus amigos estão depredando Brasília, vou me vestir de pm e bater neles. #SEMVANDALISMO”.

No dia 21 de junho, a Presidente Dilma Rousseff fez um pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão, afirmando que o governo iria ouvir o clamor das ruas e não deixaria que a democracia sofresse qualquer golpe. Com o aumento da violência nos protestos, visualiza-se uma redução drástica no apoio na rede. Se no dia anterior, o engajamento é de 84%, neste dia, ele cai para 59%. O medo da violência policial sobe para 12%, enquanto que o medo do vandalismo atinge um patamar de 75% das menções no *Twitter* analisadas. Discursos como o de @JoanneMarinho: “o povo vai pro protesto e quebra ônibus, parecem que não sabem que vai sair do nosso bolso arrumar tudo isso! #SemVandalismo” seguem na mesma linha dos dias anteriores pesquisados. Notícias

veiculadas a respeito do prejuízo causado pelas manifestações também são replicadas – e a análise do usuário da rede é de contrariedade aos atos. O usuário @prit16 diz “@TerraNoticiasBR: Prejuízos com depredações em Porto Alegre chegam a R\$ 1,3 mi <http://bit.ly/19bUTnA> ” Quem pagará? O povo! #SemVandalismo”. Além disso, percebe-se a retirada de manifestantes “pacíficos”, como , ironicamente, @Joannadarc escreve: “O jeito é parar de fazer manifestação, pois MARGINAIS estão aproveitando para destruir o Brasil!! #SemVandalismo”. E, ainda, um aliamento à ação da polícia, caso dos seguintes tuítes:

@danisaad: “Ridículo o q esses marginais q se infiltram aos manifestantes. Policia tem q descer o cacete mesmo. Marginal se trata assim. #SemVandalismo”
@lorhanzanardo: “Policia fazendo seu otimo trabalho #protesto #indaiatuba #semvandalismo #semviolencia #sp #policia”.

A contrariedade à repressão praticada pelas forças de segurança também é expressa. A usuária @jovemleitora_ é uma das que reagem negativamente à situação como um todo: “Polícia usando arma de fogo contra vândalos no protesto em Duque de Caxias #SemVandalismo #protestocaxias”.

E, em resposta ao discurso de Dilma Rousseff, aparece claramente um clamor para que a população veja, no discurso de aversão ao governo, uma tentativa de golpe da direita, de uma regressão à golpe militar, com apoio das forças policiais que reprimem os atos de vandalismo. São 13% das menções coletadas que saem em defesa da presidente. O usuário @MatheusVersian insinua que houve intenções golpistas nas manifestações: “#Saidarua e reflita no que estamos atrás, tem gente se aproveitando dos manifestos pra tentar um golpe, acorda Brasil!”. Da mesma forma, as agressões a militantes de partidos e o discurso de ódio à presença das siglas nas manifestações é combatido na rede

@nenel_netto: "Nazifascistas brasileiros dos anos 1930, os integralistas também batiam em militantes de partidos." <http://tinyurl.com/o33e686> #saidarua”
@luizmuller: “Movimento 'antipolítica' antecipa o roteiro do golpe nas redes sociais <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2013/06/redes-de-direita-antecipam-roteiro-do-golpe-9242.html> ... #SaidaRua A anarquia se associou ao fascismo”
@degaucha_inter: “#SaidaRua pq o golpe vai te pegar,depois ã chora”

Ainda, paira uma desconfiança de que os atos vândalos são arquitetados pela direita para um possível golpe.

@luizmuller: “#SaidaRua por que o golpe esta sendo acalentado pelas chamadas dos vândalos”.

@silsaldanha: “Golpe militar no nosso calcanhar. #apoiodilma #saidarua #ondavermelha”

Os protestos são entendidos por parte dos que *twittam* com a #saidarua, também, como movimento da direita, como:

@fabiano9: “se tem esquerdista hoje (e nos proximos dias) em manifestação, tem que ser MUITO burro. Essa é a hora de se posicionar. #SaiDaRua”

@Liboriossaurus: “Já neguei três convites pra protesto. O organizador de uma tinha foto com arma, o outro era chegado de um deputado. #VaiPraCasa #SaiDaRua”

Há, ainda, os que apoiam o governo e entendem os manifestos como provenientes das classes médias:

@silsaldanha: “A revolta dos bem nascidos. #apoiodilma #golpenao #saidarua #vaipracasa #ondavermelha”

@DannVieira: “Antes de confirmar presença em qualquer evento de protesto, procure saber quem está a frente e quais as consequências do ato. #saidarua”

Analisando-se apenas os números, enquanto que o engajamento aos protestos inicia em 84%, vai para 94%, e depois desce para 84% e 59%, o medo do vandalismo aumenta inversamente, de 0% no primeiro dia extraído para 48%, 57% no segundo dia e alcança 75% no dia 21. O medo de violência policial não segue uma ordem análoga e tem trajetória de 21%, 8%, 3% e 12%. E, por fim, o temor de um golpe à democracia aparece em 3% dos discursos no primeiro dia, praticamente some nos segundo e terceiro dias – apenas 0,09% em 20 de junho, e chega a 13% quando incitado pelo discurso da presidente Dilma Rousseff e pela agressão aos militantes partidários.

Considerações finais

O medo é fator intrínseco da constituição e evolução do ser humano na história, é um dos gatilhos de proteção e sobrevivência que fazem com que nossa espécie se perpetue na Terra, e esteve presente no *Twitter* durante os protestos brasileiros. Castells (2013) lembra que estar na rua é superar o medo, é manifestar-se sob a forma de indignação que se conecta e comunica com experiências semelhantes partilhadas por outros sujeitos. É possível compreender que, quanto mais o medo se avolumou nos discursos dos usuários da rede, menos engajamento houve às manifestações. O “duelo de *hashtags*” que pode ser percebido é entendido por Antonio David Cattani (2014) como reflexo do surpreendente número de pessoas que participou dos eventos no Brasil, “elas próprias atribuindo a tais acontecimentos sentidos específicos de acordo com suas convicções e desejos” (CATTANI,

2014, p. 53). Segundo ele, a discrepância entre pontos de vista não ocorreu no *mainstream* econômico, que foi capaz de formular um diagnóstico claro e contundente dos eventos. Antes pelo contrário, o que se pode perceber foi uma miscelânea de indignações, mas todas permeadas pelo discurso do medo (de vandalismo, de violência policial, de um golpe à democracia).

José Vicente Tavares dos Santos e Alex Niche Teixeira (2014) questionam: por que eles estão quebrando tudo? Não seria um pedido de ajuda pela violência, um grito não verbal que expressa um sentimento de exclusão social e política? Poderiam ser agentes da repressão disfarçados para justificar a atuação desmedida das forças policiais? Essas perguntas surgiram também no *Twitter* a partir de cidadãos comuns ao tentarem compreender os eventos brasileiros.

Raquel Weiss (2014) entendeu as manifestações como uma atividade que se tornou extraordinária no cotidiano do brasileiro. Pessoas de diferentes classes, faixas etárias e convicções ideológicas estiveram lado a lado. E, segundo ela, do ponto de vista de quem fez parte do processo desde o seu início, havia o grupo dos manifestantes “legítimos” e o grupo dos “coxinhas”, cujas reivindicações não eram coincidentes com as que engendraram o movimento em sua gênese. De outro ponto de vista – inclusive o da imprensa – a divisão que mais importou foi entre manifestantes pacíficos e vândalos.

O que pode se depreender dos dados analisados é que, além do discurso do medo ter impactado diretamente (e negativamente) o engajamento às manifestações no *Twitter*, houve um sentimento de aversão à depredação e violência (e aos denominados “vândalos”) como forma de reivindicação, muito em virtude da composição dos atos ter extrapolado o campo do ativismo social e chegado à classe média, tanto nas ruas como na rede. Outro ponto de destaque é o fato de que, apesar de haver ataques ao governo Dilma durante todos os protestos anteriores, somente depois que a presidente fez um pronunciamento oficial é que a militância do PT e os governistas saíram em sua defesa e, especificamente, da manutenção da democracia.

Bibliografia

- ALVES, Giovanni (Org). **Occupy – movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo & Carta Maior, 2012.
- ANTOUN, Henrique, MALINI, Fábio. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- CARNEIRO, Henrique Soares in ALVES, Giovanni (Org). **Occupy – movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo & Carta Maior, 2012.

- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CATTANI, Antonio David (Org). **#protestos – análises das ciências sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.
- ENNE, Ana Lucia. **Representações sociais como produtos e processos: embates em torno da construção discursiva da categoria “vândalos” no contexto das manifestações sociais no Rio de Janeiro em 2013**. Franca: Revista História e Cultura, 2013.
- GARLAND, David. **As Contradições da “Sociedade Punitiva”: o Caso Britânico**. Curitiba: Revista de Sociologia e Política nº 13, novembro de 1999.
- GARLAND, David. **La cultura del control: crimen y orden social en la sociedad contemporánea**. Barcelona: Gedisa, 2005.
- GROSSI PORTO, Maria Stela. **Mídia, segurança pública e representações sociais**. Recife: II Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, março de 2008.
- JODELET, Denise. **Représentations sociales: un domaine en expansion**. Paris: PUF, 1989.
- KUNRATH SILVA, Marcelo in CATTANI, Antonio David (Org). **#protestos – análises das ciências sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.
- MORIGI, Valdir José. **Versão preliminar de palestra apresentada no IV Interprogramas da COMPÓS**. Brasília: 2004.
- SARAIVA, Adriana Coelho in CATTANI, Antonio David (Org). **#protestos – análises das ciências sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.
- SINGER, André. **Brasil, Junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas**. Revista Novos Estudos, Edição 97, São Paulo: CEBRAP, novembro de 2013.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente Tavares; TEIXEIRA, Alex Niche. **#protestos – análises das ciências sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Violência e conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.
- WEISS, Raquel in CATTANI, Antonio David (Org). **#protestos – análises das ciências sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014.